

MP Eleitoral em SP apresentará relatório sobre situação das mulheres candidatas nas Eleições de 2018 - SP/SP, 19/12/2018

Evento tem o objetivo de expôr trabalho do Ministério Público sobre a questão, que envolveu cruzamento de dados sobre gastos de campanha e depoimentos de candidatas

O Ministério Público Eleitoral em São Paulo vai promover, amanhã (19 de dezembro), o evento “A candidata mulher nas Eleições 2018”. O objetivo é apresentar relatório preparado a partir de sua atuação no tema. A responsável pelo relatório é a promotora de Justiça Vera Lúcia Taberti, que foi designada, em portaria conjunta da procuradora-geral da República, Raquel Dodge, e do procurador-geral de Justiça de São Paulo, Gianpaolo Poggio Smanio, para atuar com o tema nas eleições deste ano.

A partir do trabalho desenvolvido pelo Ministério Público Eleitoral sobre a questão, que envolveu cruzamento de dados sobre gastos de campanha e depoimentos de candidatas, o relatório permite traçar o novo perfil das candidaturas laranjas e obter um relato das dificuldades, falsas promessas, falta de recursos e de apoio que essas candidaturas enfrentam. Sua elaboração contou com o trabalho dos servidores Cid Almeida Camarinha Neto e Jean Carlo Bispo Silva. “É o retrato da dura realidade das candidaturas femininas”, pontua Vera Taberti.

Em geral, essas são candidaturas com pouca viabilidade eleitoral e sem recursos para fazer campanha, ou sem a autonomia para gerir os recursos que o partido declara ter gasto com sua candidatura. O relatório também permite conhecer os casos em que houve uma grande concentração de verbas que deviam ser destinadas às candidaturas femininas e indica que são necessárias regras mais claras para normatizar a distribuição dos 30% de recursos do fundo eleitoral.

Nas eleições de 2018, foi distribuído aos partidos um Fundo Eleitoral, criado para financiar as eleições. Conforme entendimento do [Tribunal Superior Eleitoral \(TSE\)](#) e do próprio [Supremo Tribunal Federal \(STF\)](#), 30% do dinheiro recebido pelos partidos deveriam ser destinados às candidaturas femininas, com o objetivo de aumentar a participação feminina no Congresso e nas Assembleias Legislativas. Apesar do aumento da participação feminina tanto na Assembleia Legislativa quanto na bancada paulista no Congresso, a presença feminina nesses poderes ainda será bastante reduzida.

O MP Eleitoral em São Paulo, desde o início, defendeu que esses 30% devem ser usados para financiar as candidaturas proporcionais (deputadas federais e estaduais). Ela vem tomando medidas para fazer cumprir a regra e punir partidos que usam subterfúgios para cumprir a norma visa alcançar: maior participação de candidaturas femininas com campanha e viabilidade efetivas.

O evento vai ocorrer às 10h, na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 2020, próximo à estação de metrô Brigadeiro. Ele também contará com a presença do procurador regional eleitoral em São Paulo, Luiz Carlos dos Santos Gonçalves, do seu substituto, Pedro Barbosa Pereira Neto.

Apresentação do Relatório

“A candidata mulher nas Eleições 2018”

Data/hora: 19 de dezembro, às 10h

Local: Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 2020 (próximo à estação Brigadeiro de metrô).

Relator do Estatuto do Nascituro quer acabar com Comissão da Mulher

Projeto de lei que inviabiliza aborto legal, e foi colocado como prioridade por futura ministra, está parado no colegiado desde junho de 2017.

(HuffPost Brasil, 14/12/2018 - acesse no site de origem)

Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família e relator do [Estatuto do Nascituro](#)- que já foi [anunciado como prioridade](#) no próximo governo -, o deputado Diego Garcia (Podemos-PR) quer acabar com a [Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher](#) na Câmara dos Deputados. O projeto de lei que inviabiliza o aborto legal no País está parado no colegiado desde junho de 2017.

De acordo com o parlamentar, a comissão permanente criada em abril de 2016 é improdutiva e serve como cabide de emprego. “É só para dar cargo e prestigiar os partidos políticos”, afirmou ao HuffPost Brasil. Para o deputado, as propostas de temas ligados às mulheres podem ser apreciadas por outras comissões, como a de Seguridade Social e Família, o que daria maior agilidade aos temas.

“É uma comissão em que várias reuniões foram canceladas durante o ano, ou seja, improdutiva. Imagina uma matéria importante como essa, que trata da mulher e do nascituro, sequer ser debatida?”, questionou Garcia.

Católico e um dos nomes mais atuantes na Bancada da Bíblia, o parlamentar acusa a presidente do colegiado, a deputada Ana Perugini (PT-SP) de atuar para impedir o avanço do PL 478/2017 por não agendar uma audiência pública para debater o Estatuto do Nascituro aprovada em requerimento apresentado por ele em outubro de 2017.

“Ela adota uma linha que, como presidente da comissão, ela não poderia ter, que é levar a visão pessoal para dentro de uma comissão que não é dela. A comissão é de todos partidos”, criticou.

Segundo Garcia, a bancada do Podemos irá fazer um apelo para o próximo presidente da Câmara, que será eleito em fevereiro, para extinguir o colegiado.

É importante que as pessoas, principalmente o eleitorado, saiba o posicionamento de cada parlamentar aqui

Ana Perugini, presidente da Comissão da Mulher

Procurada pelo HuffPost Brasil, a deputada Ana Perugini negou ter manobrado para impedir que o Estatuto do Nascituro avançasse. “Toda pauta de votação é consenso. Isso é uma prerrogativa da comissão”, afirmou sobre o requerimento apresentado por Garcia para realizar uma audiência pública sobre o tema.

Quanto ao futuro do colegiado, a petista afirmou que Garcia deve defender a proposta na tribuna. “É importante que as pessoas, principalmente o eleitorado, saiba o posicionamento de cada parlamentar aqui”, respondeu.

Comissão da Mulher

Criada a partir de um substitutivo do deputado João Campos (PRB-GO), da bancada evangélica, ao Projeto de Resolução 8/07, a Comissão da Mulher foi alvo de controvérsia desde o início. Um dos pontos contestados à época, por parte da bancada feminina, é que propostas sobre aborto não seriam deliberadas pelo colegiado.

Apoiada pelo então presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), a comissão também foi vista como uma forma de esvaziar a função de outras estruturas ligadas às causas femininas dentro da Casa, como a Procuradoria da Mulher e a Secretaria da Mulher da Câmara.

Mesmo após o plenário decidir adiar a votação do projeto de resolução que criou o colegiado, Cunha manobrou e pautou o texto novamente. Nesse dia, a deputada Luiza Erundina (Psol-SP) chegou a [ocupar a cadeira da presidência da Câmara](#), em protesto.

Logo no início, o comando ficou com a deputada Gorete Pereira (PR-CE). Ao defender a criação da comissão, a parlamentar afirmou, à época, que “[as mulheres são frágeis](#) no corpo e também na alma, então tem de ter um olhar diferenciado para elas”.

Em 2018, das 41 reuniões marcadas, 7 foram canceladas e 19 foram deliberativas. Outros encontros foram destinados a eventos como seminários sobre guarda compartilhada, mulheres negras, feminicídio, câncer de mama, futebol feminino e participação política.

Estatuto do Nascituro

Considerado [prioridade para a futura ministra da Mulher](#), da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, o Estatuto do Nascituro define que o feto é um sujeito de direito e por isso tem direito à vida, de modo a proibir o aborto sob quaisquer circunstâncias.

Hoje a interrupção da gravidez é permitida no Brasil em caso de risco de vida da mãe, gestação causada por estupro e quando o feto é anencéfalo. As duas primeiras previsões estão no Código Penal e a última foi decidida pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

De acordo com o PL 478/2007, o Estado fica proibido de privar o nascituro de direitos, independente de “deficiência física ou mental ou da probabilidade de sobrevivência”, assim como “causar qualquer dano ao nascituro em razão de um ato delituoso cometido por algum de seus genitores”.

O texto prevê que, no caso de gravidez resultado de violência sexual, a gestante receberá acompanhamento psicológico e direito prioritário à adoção, caso queira. Já ao feto seria

assegurada pensão alimentícia equivalente a um salário mínimo, até que complete 18 anos. Se o genitor não for identificado, caberá ao Estado o pagamento.

A proposta aguardava para ser votada na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), onde recebeu parecer favorável do deputado Marcos Rogério (DEM-RO) em junho de 2017, mas teve sua tramitação prolongada após requerimento do deputado Glauber Braga (PSol-RJ) para que o texto fosse redistribuído e chegasse à Comissão da Mulher.

“Não tinha nem por que passar na Comissão da Mulher porque já tinha parecer de mérito na Comissão de Seguridade Social e Família, que também responde pela pessoa da mulher”, criticou Garcia. Se for aprovado no colegiado sobre temas femininos, o texto precisa voltar para a CCJ antes de ir para o plenário da casa.

Gravidez após estupro

O relator, que deve manter o posto em 2019 caso a Comissão da Mulher permaneça e ele continue membro, não pretende alterar o [texto](#), apesar da controvérsia. “Já houve várias modificações. Foram construções feitas para que o texto tivesse viabilidade e fosse aprovado”, afirmou Garcia.

Para ele, o termo “bolsa estupro” tem sido usado para “carimbar” o projeto. “[A pensão] em hipótese alguma vai permitir a geração de vínculos com a criança. A criança vai estar protegida e resguardada. Mas é um direito que a mãe e a criança passam a ter, de receber esse auxílio”, respondeu.

Na interpretação do deputado, a proposta não inviabiliza o aborto legal. “Não vamos impedir o aborto nos casos de estupro e anencefalia, mas vamos trazer segurança jurídica tanto para o nascituro quanto para a mulher que queria dar continuidade a essa gestação”, afirmou.

Não vamos impedir o aborto nos casos de estupro e anencefalia, mas vamos trazer segurança jurídica tanto para o nascituro quanto para a mulher que queria dar continuidade a essa gestação

Diego Garcia, relator do Estatuto do Nascituro

Ao mesmo tempo em que nega que o PL irá ampliar a criminalização da interrupção da gravidez, o parlamentar admite que hoje a mulher que engravidou devido a uma agressão sexual já pode manter a gestação, se quiser, assim como o direito à pensão é assegurado após o nascimento do feto.

Questionado então sobre qual seria o objetivo do texto, Garcia diz que é criar uma norma específica. “Estamos dando mais força ao que já existe hoje tendo uma norma específica sobre o tema”, afirmou.

O parlamentar disse que ainda não há uma conversa marcada com a futura ministra Damares, mas vê um caminho livre para aprovar o texto em 2019, independente de quem ganhar a presidência da Câmara.

“Não vejo nenhum candidato que se oporia a pautar esse projeto tendo a vontade popular, e esse é um projeto que tem muita gente interessada na aprovação, até para enfrentar essa

judicialização que acabou ocorrendo por conta da não deliberação desses projetos aqui dentro do Congresso”, afirmou em referência a decisões do STF sobre interrupção da gravidez.

Em novembro de 2017, uma comissão especial da Câmara aprovou o [texto-base da Proposta de Emenda à Constituição 181](#), que estabelece que a vida começa na concepção. Na época, a bancada conservadora também negou que o texto fosse inviabilizar o aborto legal.

A movimentação foi uma resposta à decisão da Primeira Turma do Supremo que, em novembro de 2016, definiu que o aborto não deveria ser considerado crime no primeiro trimestre da gravidez, ao julgar um caso específico.

No tribunal, o tema é conteúdo também da ADPF (arguição de descumprimento de preceito fundamental) 442. A relatora, ministra Rosa Weber, realizou audiências públicas sobre o assunto em agosto e não há previsão de quando irá apresentar seu relatório.

Marcella Fernandes

Mulheres advogadas e as eleições da OAB-SP: Para além do empoderamento da mulher, há a necessidade da implementação de políticas públicas

A sociedade se transforma através do tempo e a lei e as demais fontes de direito também são mutáveis e estão em constante evolução, assim como ocorrem com as transformações das relações humanas forma como nos relacionamos e agimos, longe de serem ações inatas, são construídas a partir de regras sociais e integram a cultura de determinado tempo.

[\(Jota, 28/11/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Não é diferente com aquilo que aprendemos a denominar de “papel da mulher na sociedade”.

A despeito dos avanços obtidos pela luta das mulheres em busca de igualdade em diversos segmentos e aspectos da vida, a realidade nos mostra que mulheres sofrem mais violência, têm salários menores, maior carga de trabalho especialmente quando se considera os trabalhos domésticos, pouca participação na política entre outras tantas questões.

No ranking produzido pela revista Fortune com as 500 maiores empresas em 2017, apenas 5% dos CEOs eram de mulheres, no Brasil, as mulheres lideram apenas 20% dos negócios, ocupam apenas 1 em cada 7 cadeiras de vereadores e apenas cerca de 10% do Congresso, pois são apenas 45 deputadas federais, enquanto estima-se que 1/3 das mulheres sofreram algum tipo de violência em 2017.

Portanto, no Brasil e no mundo, há movimentos políticos, institucionais e de coletivos não-

governamentais para a transformação desta realidade e para que, em primeiramente as próprias mulheres se empoderem de seus direitos e possam exercê-los com efetividade.

Para além do empoderamento da mulher, há a necessidade da implementação de políticas públicas e afirmativas para a construção de uma nova realidade social de equidade de gênero, em consonância com as normas internacionais para Eliminação de Discriminação contra a Mulher.

Na Ordem dos Advogados do Brasil, instituição política e protagonista nas questões de relevo para a sociedade brasileira, não tem sido diferente.

A começar por um movimento de advogadas que pretendem a alteração da Lei 8.906/94 para a modificação do nome da instituição para Ordem da Advocacia do Brasil, garantia à Mulher Advogada a necessária representação.

Em 03 de novembro de 2014, o Conselho Pleno da Ordem dos Advogados do Brasil aprovou a obrigatoriedade de que as chapas que concorrem às eleições nas Seccionais e Subseções de todo o Brasil contem, pelo menos, 30% de mulheres em sua composição.

Nas eleições para o próximo triênio (2019-2021), a Chapa 11 Coragem e Inovação, liderada por Caio Augusto Silva dos Santos, destaca-se como a Chapa que possui mais mulheres em sua composição, por entender que representatividade e lugar de fala são de extrema importância para a entidade, chegando ao total de 38% da totalidade, garantindo a presença das Advogadas nos espaços de poder e de comando.

A diretoria conta com a Secretária Geral Adjunta Margarete Cássia Lopes e a Tesoureira Raquel Elita Alves Preto.

A diretoria da CAASP ganha especial destaque com a vice-presidência da CAASP conferida a Aline Fávero e a Secretária Geral Adjunta a Paula Cristina Fernandes, além das Diretoras Suplentes Andrea Regina Gomes, Raquel Tamassia Marques e Thais Helena Cabral Kourrouski, ou seja, dentre os 10 diretores da CAASP, são 05 mulheres.

Outro destaque da chapa 11 é a presença de mulheres advogadas que são militantes em movimentos feministas, como por exemplo:

ALICE BIANCHINI - Presidente da Associação Brasileira das Mulheres de Carreiras Jurídicas - ABMCJ - Comissão São Paulo. Integra a Comissão Nacional da Mulher Advogada da OAB/Federal, membro do Grupo Mulheres do Brasil e do coletivo Advogadas do Brasil.

ANA CAROLINA MOREIRA SANTOS - membro da ABMCJ SP, membro do Grupo Mulheres do Brasil, Comitê Maria Bonita de Violência contra a Mulher e do coletivo Advogadas do Brasil.

ANDRÉA REGINA GOMES membro do coletivo Advogadas do Brasil, membro do Grupo Mulheres do Brasil, Comitê Maria Bonita de Violência contra a Mulher.

CLAUDIA PATRICIA DE LUNA SILVA presidente do Elas por Elas Vozes e Ações das Mulheres, presidente do MCTP - Movimento Contra o Tráfico de Pessoas e o Conselho do ILADH - Instituto Latino Americano de Direitos Humanos, membro da ABMCJ, da Rede Feminista de Juristas, do Comitê Maria Bonita de Combate à Violência Contra a Mulher do Grupo Mulheres do Brasil e da RDPN - Rede de Profissionais Negros

FABIANA GARCIA - Fundadora do Movimento Mulheres com Direito

MARIA DAS GRAÇAS PERERA DE MELLO (Graça Mello) - membra da ABMCJ, membro do Coletivo Advogadas do Brasil, membra do Grupo Mulheres do Brasil, Comitê Maria Bonita de Violência Contra a Mulher, IGUALA OAB.

MARIA SYLVIA APARECIDA DE OLIVEIRA Militante e ativista de Movimento Negro e de Mulheres Negras, sócia efetiva e Presidenta do Geledès-Instituto da Mulher Negra-2015/2018 Vice-presidente da Comissão da Verdade sobre a Escravidão Negra no Brasil da OAB/SP e Membro da Comissão de Igualdade Racial-OAB/SP-2013/2015. Advogada voluntária do Depto. Jurídico Instituto do Negro Padre Batista, Coordenadora Regional do Curso de Promotoras Legais Populares e Membro do Conselho Deliberativo do Instituto Patrícia Galvão em São Paulo

MARINA GANZAROLLI - Cofundadora do Coletivo Dandara e da Rede Feminista de Juristas

RAQUEL ELITA ALVES PRETO - Líder Coordenadora do Comitê de Combate à Violência contra a Mulher e também do Comitê de Cultura do Grupo Mulheres do Brasil

Não se pode ignorar que hoje as advogadas compõem quase 50% (cinquenta por cento) do total da advocacia, e seus anseios e demandas, inclusive pela condição de gênero no mercado de trabalho, não podem ser ignorados e deverão ser tratados como prioridade em uma gestão que preze pelos pilares da instituição que são defender a Constituição, a ordem jurídica do Estado democrático de direito, os direitos humanos e a justiça social.

RAQUEL TAMASSIA MARQUES

ANA CAROLINA MOREIRA SANTOS - membro da ABMCJ SP, membro do Grupo Mulheres do Brasil, Comitê Maria Bonita de Violência contra a Mulher e do coletivo Advogadas do Brasil.

ALICE BIANCHINI - Presidente da Associação Brasileira das Mulheres de Carreiras Jurídicas - ABMCJ - Comissão São Paulo. Integra a Comissão Nacional da Mulher Advogada da OAB/Federal, membro do Grupo Mulheres do Brasil e do coletivo Advogadas do Brasil.

Contra violência obstétrica e em favela: como atuarão herdeiras de Marielle

Dos bastidores para o protagonismo, Dani Monteiro, Mônica Francisco e Renata Souza, do PSOL, as três ex-assessoras da vereadora assassinada Marielle Franco -“crias” das comunidades do São Carlos, Borel e Maré e eleitas deputadas estaduais no Rio de Janeiro- prometem atuar na defesa de políticas públicas voltadas às favelas, sem se restringirem à área de segurança.

(UOL, 28/11/2018 - acesse no site de origem)

No plano registrado na Justiça Eleitoral pelo governador eleito Wilson Witzel (PSC), a palavra “favela” aparece quatro vezes, e “comunidade”, cinco -um terço dessas referências é sobre

segurança pública, especialmente para facilitar operações policiais.

Entre fevereiro (quando começou a intervenção federal no Rio de Janeiro) e outubro, foram registradas no estado 1.151 mortes decorrentes de ações policiais, registradas em grande parte em favelas e áreas pobres da região metropolitana. Segundo o ISP (Instituto de Segurança Pública), o mês de outubro registrou um aumento de 30% em relação ao mesmo período do ano passado, com 127 óbitos.

As deputadas eleitas disseram em entrevista ao UOL que se preocupam com as consequências da proposta de Witzel de “abater” criminosos com fuzis, mesmo sem estarem trocando tiros com a polícia, e pretendem se posicionar na Alerj (Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro) contra a presença massiva de policiais na rotina das periferias, o que chamam de “militarização da vida”.

O assassinato de Marielle projetou o PSOL nas eleições, mas o incentivo às candidaturas femininas veio de seu trabalho em vida. No ano passado, vereadora organizou um congresso para pensar candidatas, especialmente negras.

“A Marielle sempre disse que da Benedita [Silva, eleita vereadora em 1982] até a Jurema [Batista, eleita vereadora em 1992] havia tido dez anos de gap. Da Jurema até Marielle, mais anos. Não poderia ter mais um gap com ela. Ela queria que as mulheres negras ocupassem esse espaço na política”, contou Renata.

Se a pauta conjunta das psolistas passa pela defesa dos direitos humanos, negritude e gênero, suas histórias de vida as levam a diferentes prioridades, ainda que complementares.

As três ainda estão formulando projetos de lei, mas já têm diretrizes: Dani quer focar em juventude e universidades; Mônica, em economia criativa e formação cidadã, enquanto Renata pensa em programas contra mortes de jovens negros e mulheres.

Educação contra feminicídios e escola para políticos

A relação entre Marielle e Renata, que era a chefe de gabinete da vereadora, surgiu no cursinho pré-vestibular na Maré e na assessoria do deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL). Para este ano, o plano de Renata era coordenar a campanha de Mari -como a chama carinhosamente- como vice-governadora na chapa de Tarcísio Motta (PSOL). O assassinato interrompeu o projeto e provocou o lançamento da candidatura não programada.

Primeira da família a entrar na faculdade, Renata Souza, 36, é formada em jornalismo e hoje faz pós-doutorado. Estudiosa de como a militarização da segurança pública afeta a periferia carioca, Renata quer apresentar um projeto para reduzir homicídios, especialmente de jovens negros.

Para evitar a violência policial, a deputada eleita defende que o debate passe por duas pontas -a das condições de trabalho do profissional de segurança pública e das oportunidades para o jovem que vive na periferia.

Precisamos melhorar o salário do policial, podemos mexer no RAS [Regime Adicional de Serviço, espécie de hora extra] para que ele evite que se exponha a perigos, a gente sabe que esse policial

é morto muitas vezes não no serviço, mas no segundo turno [trabalhos de segurança fora do expediente].

Renata Souza, deputada estadual eleita pelo PSOL

“Ao mesmo tempo, precisamos ter políticas estruturantes para que a juventude que está morrendo tenha perspectiva de futuro, políticas de emprego e renda”, complementa ela.

Outra prioridade do mandato de Renata é um projeto com foco na educação para diminuir os feminicídios -debates em escolas sobre respeito à mulher é uma das atividades cogitadas.

A formação surge também nas pautas de Mônica Francisco, 48, com a criação de uma escola voltada a quem deseja atuar na política. Esse será seu primeiro projeto de lei.

Com longa trajetória de militância, da formação de grupos de geração de renda à criação de rádios comunitárias, além do trabalho como pesquisadora do Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), projeto do sociólogo Betinho, Mônica sabe da importância da formação para a cidadania.

Outras duas propostas que deve levar à Alerj vem da experiência como pastora evangélica e do trabalho junto à área de economia solidária.

“Pensar também a questão da economia solidária e criativa como alternativa nesse momento de crise fiscal e econômica. E a pauta da negritude, o combate ao racismo religioso”, apontou à reportagem, elencando ainda o combate à violência obstétrica, como uma das prioridades.

Projeto de Marielle, a Câmara do Rio aprovou a expansão da rede de casas de parto, voltadas ao parto natural, no município. Segundo Mônica, a ideia é implantar o programa em nível estadual, dando a gestantes locais de atendimento humanizado na rede pública.

A mais nova das deputadas é Dani Monteiro, 27, estudante de Ciências Sociais da Uerj (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), que elegeu políticas de permanência no ensino superior como uma pauta após vivenciar o problema.

A falta de bolsas, passe livre, uma estrutura de assistência, o dividir com a necessidade de trabalhar, tudo isso foi motivador para essa construção da candidatura.

Dani Monteiro, deputada eleita pelo PSOL

Ela ainda não tem projetos de lei formulados e pontua que o início do mandato será de análise do processo político do estado, com foco em como é distribuído o orçamento.

Representante da juventude, a estudante reforça o temor pelo aumento das mortes de jovens negros após declarações do governador eleito Wilson Witzel que indicam possível ênfase na chamada política de confronto em comunidades -Witzel nega que a proposta aumentará o número de homicídios em decorrência de intervenção policial e promete defender policiais envolvidos em mortes durante o expediente.

A escolha pelo “abate” na segurança, a participação no episódio da placa quebrada de Marielle Franco e a aproximação do PSL, legenda que quer barrar o acesso do PSOL a comissões como a de Direitos Humanos, fazem com que Witzel tenha a bancada psolista como oposição.

“Se ele [Witzel] ouvisse mais rap, entenderia o que a favela pede. É um desconhecimento completo dele sobre o quanto aquele território é fértil, de uma juventude muito criativa”, defende Dani.

As deputadas não falam de um bloco de esquerda de oposição, mas de uma frente democrática com a participação de deputados de partidos de centro e direita, preocupados com a garantia dos direitos humanos.

Do outro lado estará o PSL, do presidente eleito Jair Bolsonaro. A legenda já declarou combate ao PSOL, o que as deputadas veem com preocupação, mas esperam que seja um discurso apenas eleitoral.

“A fala é antidemocrática e não republicana. Aceitar as divergências é algo saudável e salutar da democracia. A gente sempre se pautou na lógica do diálogo”. defendeu Renata.

Por Pauline Almeida, do UOL Rio

Menos de 12% do total, mulheres governam cidades menores e mais pobres

Pesquisa mostra que Nordeste é a região com o maior percentual de prefeitas, 16%. Como as demais mulheres, o trabalho doméstico é obstáculo na carreira. Das prefeitas brasileiras, 87% têm pelo menos um filho e 74% estão casadas

[\(Carta Capital, 17/11/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Alzira Soriano foi a primeira mulher latino-americana a ser eleita prefeita. Foi em 1928, na cidade de Lages, no interior do Rio Grande do Norte. O mesmo estado foi o único a colocar uma mulher, [Fátima Bezerra](#), no poder como governadora nas eleições deste ano.

Passadas nove décadas desde Alzira, o Nordeste ainda é a região com o maior percentual de prefeitas, 16%. Também tem o maior número absoluto: 288, diante de 1.505 prefeitos. Em todo o País, os municípios governados por prefeitas de cidades que abrangem somente 7% da população.

As mulheres estão no comando de apenas 11,7% das prefeituras no Brasil, apesar de serem 51% da população. Quando se analisa as mulheres negras, o número é mais disforme. Elas são 27% da população, mas governam apenas 3% das prefeituras.

Os dados são da pesquisa [Perfil das Prefeitas no Brasil 2017-2020](#), realizada pelo Instituto Alziras, que ouviu 45% das 649 das prefeitas eleitas em 2016.

As prefeitas acumulam experiência na política em sua trajetória - 88% delas tinham atuação política antes de serem eleitas -, têm mais anos de estudo do que os prefeitos homens - 71% delas têm ensino superior completo e, 42%, pós-graduação.

Elas superaram enormes desafios em municípios pequenos e sem recursos - 91% foram eleitas em municípios com até 50 mil habitantes - e têm patrimônios declarados 55% menores em relação aos homens.

O dossiê traz números que ajudam a entender, para além do perfil destas mulheres, quais são seus maiores desafios e traz uma mostra do machismo: o que elas enfrentam no dia a dia passa longe das dificuldades de um homem na política. Uma em cada cinco prefeitas, por exemplo, destacaram que o [trabalho doméstico](#) é uma das principais dificuldades enfrentadas em sua carreira política.

Percalços diários

Segundo Flávia Biroli, professora do instituto de ciência política da UnB e integrante do Instituto Alziras, a [divisão sexual do trabalho](#), que ainda é mais forte principalmente nas cidades pequenas, retira das prefeitas eleitas tempo e recursos. “Elas encontram dificuldades para conciliar a vida política com as expectativas ainda existentes quanto ao papel das mulheres na sociedade”, explica.

Das prefeitas brasileiras, 87% têm pelo menos um filho e 74% estão casadas ou em união estável. Segundo a expectativa de uma sociedade calcada nos estereótipos de gênero e na lógica patriarcal, muitas dessas mulheres acabam fadadas a [jornadas duplas ou triplas](#).

“É interessante notar o baixo percentual de Prefeitas que podem compartilhar com um cônjuge as distintas tarefas domésticas. Essa parcela é de 7% para a limpeza doméstica e para a lavagem de roupas, equivale a 8% na cozinha, subindo para 22% nos cuidados com crianças, idosos e pessoas com deficiência e 18% no caso das compras de mercado.”

Elas também relataram outros percalços que impactam sua vida política. Dentre as prefeitas entrevistadas, 53% já sofreu assédio ou violência política pelo simples fato de ser mulher e 30% foram vítimas de assédio e violências simbólicas no espaço político.

Leia também:

[As novas caras feministas no Congresso Nacional](#)

[Erica Malunguinho e Erika Hilton: a importância da diversidade na política](#)

Atuação dentro dos partidos

“Os partidos políticos investem menos em suas candidaturas do que nas dos homens, abrem menos espaço para elas na propaganda partidária e nas ações de campanha e, com poucas exceções, não adotam medidas para reduzir preconceitos e violências contra elas”, comenta Flávia Biroli,

Das entrevistadas, 48% [reclamou de falta de recursos para campanha](#), 24% sente falta de espaço na mídia, em comparação com políticos homens. Além disso, 23% relatou já ter sentido desmerecimento de seu trabalho ou de suas falas e 22% sente falta de apoio do partido e/ou base aliada.

Segundo a pesquisa, a posição no espectro ideológico ou a adoção de uma linha progressista não tem refletido necessariamente em uma postura igualitária dentro dos partidos. Em todos eles, há predominância de homens eleitos para o cargo de prefeito. Dentro do PT, elas são 12%, no PSDB, são 10%, por exemplo.

O dossiê não fala sobre [candidatas laranja](#) nas prefeituras. Desde 2009, quando o Tribunal Superior Eleitoral exigiu 30% de diversidade de gêneros nas candidaturas, os partidos correm atrás da meta. Além disso, 30% do Fundo Especial de Financiamento de Campanha deve ser destinado às candidaturas femininas.

Com as candidaturas laranja, os partidos tentam para burlar as regras, registrando qualquer candidata - saiba ela ou não - e invisibilizando as candidaturas, dando pouco ou quase nenhum dinheiro a elas. Nem todas recebem parte da fatia do fundo de financiamento, que é repassada para outro candidato.

Tomando espaços

Apesar dos desafios, a pesquisa traz dados positivos em relação à uma superação, ainda que lenta, da sub-representação das mulheres na política. Das prefeituras chefiadas por mulheres, 69% tem ações específicas para esse público.

Ainda é objeto de estudo na Ciência Política se mulheres governam necessariamente para outras mulheres. A pesquisa mostra, entretanto, que a participação de mulheres na política estimulam outras a também tomarem esse espaço para si.

De acordo com o dossiê, 55% das prefeitas tem seu secretariado composto por mais de 40 % de mulheres. Além disso, das entrevistadas, 53% citou como figuras de inspiração mulheres que estiveram ou estão na carreira ou atuação política. De Zilda Arns a Angela Merkel.

Para Flávia Biroli, o tema da sub-representação das mulheres na política no Brasil entrou no debate público apenas com a transição para a democracia, ainda nos anos 1980. “Embora as mulheres continuem em larga desvantagem na política, a sub-representação aparece como problema no debate público”, afirma.

[Cármén Lúcia diz sofrer preconceito por ser mulher e pede Constituição em defesa das minorias](#)

Em seminário no Rio, magistrada afirma que é importante discutir o tema no Brasil: ‘O Direito não resolve’

[\(Estadão.com, 12/11/2018 - acesse no site de origem\)](#)

A ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármén Lúcia falou nesta segunda-feira,

12, no Rio, sobre preconceito que sofreu ao longo da vida e carreira na área jurídica por ser mulher. “O preconceito continua e o Direito não resolve. O que resolve é a sociedade sabendo do preconceito e sabendo como lidar com ele”, afirmou, em seminário na Fundação Getúlio Vargas (FGV). “Preconceito prevalece entre minorias; sofro preconceito por ser mulher”, afirmou.

Na opinião de Cármen Lúcia, uma das principais desigualdades no Brasil é a “retratada contra a mulher”. Por isso, acredita ser importante a discussão do tema. “Essa é uma construção social da qual estamos distantes. Não é com tempo que chegamos lá. É com esforço de cada brasileiro. Não entrego a responsabilidade à sociedade por isso. Muitas vezes, nos acanhamos”, afirmou.

Ela ainda lembrou que, como presidente do STF, visitou penitenciárias e verificou que a situação das mulheres é muito mais difícil nesses casos do que a dos homens. “A fila de visita a mulheres não tem quase ninguém porque muitas vezes os chefes daquelas famílias proíbem até mesmo as mães de visitarem as filhas. Que sociedade teremos com essa falta de olhar? Que sociedade queremos ter para que a gente mude?”, disse, ao acrescentar que o Direito tem que garantir às mulheres “que elas sejam o que querem”.

Cármen Lúcia ainda disse que os homens fazem as mulheres felizes, mas também dão muitas tristezas. “Eu adoro os homens. Que declaração infeliz... Gosto do ser humano em geral. Homens e mulheres podem se fazer felizes”, acrescentou, ao ser perguntada por uma integrante da plateia sobre “dependência afetiva” das mulheres em relação aos homens.

Ela ainda acrescentou que as minorias não estão em risco porque acredita que o direito à igualdade previsto na Constituição será respeitado no governo do presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL). “Eu não tenho posicionamento partidário para me posicionar politicamente. Como juíza e professora de Direito Constitucional, todas as pesquisas, tudo que eu vivo e as pessoas com quem convivo são (comprovam) que há sim preconceito, há direitos conquistados que a gente precisa fazer valer, permanentemente. O que digo é apenas que a Constituição há de ser aplicada”, afirmou.

A ministra disse não ser “boba” para não saber que há preconceito contra ela. “Há (preconceito) por ser juíza? Sim. Por ter chegado a uma determinada situação? Às vezes, muito mais. Mas eu não sou nem um pouco cega para não ver que em outros lugares em que mulheres que tiveram muito menos oportunidade também houve muito maior preconceito e que, muitas vezes, acontece isso porque as mulheres não reagem, até por conveniência”, disse.

Ao ser perguntada sobre a ausência de representatividade feminina no futuro governo de Bolsonaro, ela respondeu que “só o próprio titular da equipe é capaz de dizer isso”. Ela ainda negou que as minorias estejam em risco, porque a Constituição “está valendo e prevalecendo”

Durante a campanha, o presidente eleito, Jair Bolsonaro, foi criticado por ter dado, ao longo dos mandatos como deputado federal, declarações polêmicas sobre mulheres, negros e homossexuais. O futuro ministro da Justiça, Sérgio Moro, afirmou em entrevista ao Fantástico, da TV Globo, não ver em Bolsonaro traços de preconceito contra esses grupos.

Na palestra, a ex-presidente do STF ainda defendeu a ampla transparência das atividades dos membros de instituições democráticas, sem informar, no entanto, a quais se referia. “O Brasil tem situação em que engole elefante e engasga com a formiga. O Brasil consegue ter um tribunal constitucional que julga em público. Isso não é de menor importância. Quisera eu que essa mesma discussão democrática estivesse em todas as instâncias democráticas no Brasil.

Seria positivo para as minorias”, disse.

Por Fernanda Nunes, O Estado de S.Paulo

Senadoras eleitas querem nova postura de Bolsonaro a respeito de mulheres

Universa conversou com cinco das sete [senadoras eleitas no pleito de 2018](#): Daniella Ribeiro (PP-PB), Eliziane Gama (PPS-MA), Mara Gabrilli (PSDB-SP), Selma Arruda (PSL-MT) e Soraya Thronicke (PSL-MS). As senadoras eleitas Leila do Vôlei (PSB-DF) e Zenaide Maia (PHS-RN) foram procuradas pela reportagem, mas não responderam aos pedidos de entrevista até a conclusão desta matéria.

[\(Universa, 08/11/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Nenhuma das eleitas consultadas se posicionou como oposição, mas três delas discordam do presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), em relação a posturas sobre algumas pautas especificamente femininas, como [equidade salarial](#) - ele já afirmou ser contra a interferência nas empresas para que isso seja garantido - e o [maior número de mulheres no governo](#) - Bolsonaro já afirmou não se preocupar com o sexo das pessoas que irão compor sua equipe.

Abaixo, o que elas esperam do novo governo e quais propostas pretendem levar ao Senado.

Daniella Ribeiro (PP-PB)

O que espera do governo de Bolsonaro em relação às mulheres?

Espero que ele tenha flexibilidade e reveja sua posição sobre não ser necessário haver algumas políticas segmentadas. São necessárias pautas específicas para a população feminina, como fiscalização sobre a lei que já garante equidade salarial. Não é uma proposta minha, mas quero contribuir para essa discussão. Ele já declarou que não deveria ser exigido salário igual para homens e mulheres e espero que mude essa visão.

Que propostas a senhora terá para mulheres?

Farei audiências públicas onde possa ouvir mulheres que desejam ou tenham tentado entrar para vida pública. Quero saber quais foram e são as principais dificuldades delas para fazer um projeto e ajudá-las nesse desejo. Também pretendo retomar a discussão sobre a possibilidade de delegados pedirem medidas protetivas a mulheres em situação de violência doméstica. Esse projeto foi barrado pelo presidente Michel Temer em 2017, voltou à pauta da Câmara dos Deputados neste ano e agora está no Senado.

Eliziane Gama (PPS-MA)

O que espera do governo de Bolsonaro em relação às mulheres?

Ele teve falas em relação a mulher que foram preconceituosas e excludentes, e isso é preocupante. Espero que possa ter um compromisso com as causas e colocar o tema da igualdade como prioridade. Também gostaria de ver uma participação equitativa no governo. Se ele for fiel à sua postura pessoal, que já demonstrou anteriormente, essa pauta da igualdade

não existirá, e será desastroso.

Que propostas a senhora terá para mulheres?

Vou propor um projeto de lei para tipificar, criminalmente, o assédio. No assunto violência, nós evoluímos com a Lei do Feminicídio e a Lei Maria da Penha. Mas estamos aquém quanto aos casos de assédio. Precisamos criar o crime e endurecer as penas. Também quero fazer audiências públicas para falar sobre as leis que já existem e como trabalhar com juízes e autoridades policiais para que elas sejam cumpridas devidamente.

Mara Gabrilli (PSDB-SP)

O que espera do governo de Bolsonaro em relação às mulheres?

Espero que ele venha a conhecer mulheres competentes para colocar na equipe de governo. Porque elas existem, precisam ser incluídas, e não vejo esse esforço da parte dele. Se Bolsonaro quer fazer um governo para o povo brasileiro, fazer correções na política como vem dizendo, acho que a participação feminina na política é um dos pontos principais.

Que propostas a senhora terá para mulheres?

Pretendo criar um projeto de lei para tornar nacional o programa Tempo de Despertar. Esse projeto existe hoje em São Paulo, ligado ao Ministério Público, e consiste em fazer grupos de reflexão para homens agressores. É uma espécie de reabilitação e tem bons resultados: enquanto o índice de reincidência, no geral, é de 67%, entre os que frequentam esses grupos, ele cai para 2%.

Selma Arruda (PSL-MT)

O que espera do governo de Bolsonaro em relação às mulheres?

Como ele disse em sua campanha, sabe-se que não vai abortar políticas públicas já estabelecidas, como a rede de atendimento criada pela Lei Maria da Penha. Portanto, não espero nada além disso.

Que propostas a senhora terá para mulheres?

Não tenho propostas para mulheres, pois não é meu foco. Vou trabalhar pelo combate à criminalidade e à corrupção.

Soraya Thronicke (PSL-MS)

O que espera do governo de Bolsonaro em relação às mulheres?

Ele é extremamente radical contra a violência e sou ferrenha defensora dessa postura. Acredito que ele vai ser firme na defesa da mulher, protegê-la contra violência. A meu ver, ele respeita as mulheres e as minorias mais do que qualquer outro candidato respeitava.

Que propostas a senhora terá para mulheres?

Não tenho projetos de lei. Mas pretendo trabalhar junto ao meu estado, Mato Grosso do Sul, para melhorar a efetividade das leis que já existem. Nossa legislação é farta para proteção das mulheres, há a Lei Maria da Penha e a questão das medidas protetivas. Mas muitas vezes não há oficiais que possam colocá-las em prática. Falta gente para intimar o agressor, por exemplo, quando ele é denunciado. Isso depende do orçamento do estado, e vou conversar com o governo para investir mais nessa área. Também pretendo fazer palestras para falar às mulheres como entrar para a política.

Por Camila Brandalise, do Universa

Após ser questionado, Bolsonaro nomeia uma ministra e quatro mulheres para equipe de transição

Até o momento, entre os 27 nomes anunciados oficialmente para a equipe de transição, não havia nenhuma mulher.

[\(G1, 07/11/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Pelo menos quatro mulheres devem ser nomeadas nos próximos dias para integrar a equipe de transição do governo [Jair Bolsonaro](#) (PSL). Até o momento, entre os [27 nomes anunciados oficialmente](#) para a equipe, não havia nenhuma mulher.

As primeiras mulheres da equipe foram anunciadas nesta terça-feira (6). Os nomes devem ser publicados no “Diário Oficial da União” nos próximos dias. São elas:

- Clarissa Costalonga e Gandour - Doutora em economia
- Liane de Moura Fernandes Costa - Ex-tenente do Exército
- Márcia Amarílio da Cunha Silva - Tenente-coronel do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal
- Silvia Nobre Waiãpi - Tenente do Exército

Nesta quarta-feira (7), o presidente eleito afirmou, em publicação no Twitter, que não está preocupado com “a cor, sexo ou sexualidade” de quem vai compor sua equipe.

Nesta terça-feira (6), Bolsonaro foi questionado sobre a presença de mulheres no governo de transição e na equipe ministerial. Bolsonaro disse que [deverá escolher uma mulher como ministra](#). “Tem 10 ou 12 vagas em aberto. Pode ter, com toda certeza vai ter”, declarou.

Leia também: [Tereza Cristina \(DEM-MS\) será ministra da Agricultura de Bolsonaro \(Folha de S.Paulo, 07/11/2018\)](#)

As escolhidas

Clarissa Costalonga e Gandour é doutora em Economia, com ênfase em desenvolvimento econômico, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

A ex-tenente do Exército Liane de Moura Fernandes Costa é formada em engenharia ambiental pela Fundação Universidade Federal do Tocantins e é especialista em construções sustentáveis.

A Tenente-coronel do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal Márcia Amarílio da Cunha Silva é especialista em segurança pública. Segundo a assessoria de imprensa, ela já participou de reunião nesta segunda-feira (5) no Centro Cultural Banco do Brasil.

A tenente do Exército Silvia Nobre Sílvia Nobre Waiãpi foi a primeira militar indígena a integrar as Forças Armadas.

Transição

A [equipe de transição já está em funcionamento](#), no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) em Brasília.

Até agora, 27 nomes já foram anunciados oficialmente - a [equipe pode ter até 50 pessoas](#) nomeadas em cargos mais aquelas que integrarão o grupo, mas não terão cargo nem remuneração.

O futuro ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, também [deve integrar a equipe de transição de governo](#), de acordo com a assessoria do gabinete de transição.

Número recorde de mulheres é eleito nos Estados Unidos

Ao todo, 118 mulheres foram eleitas; na Câmara, elas, que até então ocupavam 84 assentos, conquistaram 98 das 435 cadeiras

[\(O Globo, 07/11/2018 - acesse no site de origem\)](#)

As eleições legislativas dos Estados Unidos levaram um recorde de mulheres eleitas aos postos de governo do país. Segundo resultados divulgados ao longo desta quarta-feira, ao menos 118 mulheres foram eleitas. Entre elas elas, 42 são negras e três são LGBTQ.

Com a apuração ainda em andamento nesta quarta-feira, sabe-se que as mulheres até o momento conquistaram 98 das 435 cadeiras da Câmara, mais do que as 84 que ocupavam antes das eleições de ontem. No Senado, ao menos 12 mulheres venceram, o que elevará o número delas na Casa para 22, segundo o Centro para a Mulher e a Política, da Universidade Rutgers. Para os cargos de governador, elas venceram em nove estados (antes eram seis).

Segundo a ABC News, o pleito também foi histórico para as candidatas de primeira viagem - algumas conseguiram conquistar cadeiras das mãos dos republicanos e ajudaram os democratas a retomar a maioria na Câmara. A vitória de mulheres ainda incrementou a diversidade no Legislativo americano, com as primeiras representantes muçulmanas e

indígenas.

A rede americana CNN, que estimou a vitória de pelo menos 96 mulheres para a Câmara, projeta que cerca de um terço deste número deve ficar com candidatas que concorreram pela primeira vez. Já a ABC News destaca que 101 candidatas devem ser eleitas – 86 democratas e 15 republicanas. Até esta terça-feira, o patamar de representação feminina nos EUA era inferior ao de todas as nações europeias e menor que em muitos países latinos (México incluído) e muçulmanos (como a Arábia Saudita e Emirados Árabes).

Em sintonia com o recorde de mulheres eleitas, o pleito teve o maior número de candidatas a vagas na Câmara e no Senado. Foram 237 postulantes à Câmara (contra 167 em 2017) e 23 ao Senado, que renovou 35 de suas cadeiras (em 2012, o recorde, haviam sido 18). Até esta terça-feira, as mulheres detinham 23 vagas no Senado. As projeções indicam que 12 devem ser eleitas para esta Casa nas eleições 2018 – mas boa parte delas era candidata à reeleição.

Grupo historicamente atuante nas eleições, a participação feminina foi impulsionada por pelo menos três grandes questões nacionais: o movimento #Metoo contra o assédio, a visão de que o governo Trump é machista e o número recorde de mulheres candidatas em todo o país. A recente aprovação do nome de Brett Kavanaugh, indicado pelo presidente para a Suprema Corte mesmo acusado de assédio sexual, ajudou ainda mais no engajamento feminino.

As mulheres representaram em 2018 29% dos concorrentes à Câmara e 32% ao Senado. Em 1998, foram 131 candidatas no total, e em 1948, apenas 48. Nos estados, seis mulheres servem como governadoras, enquanto dez candidatas disputavam Executivos estaduais nesta terça-feira. O recorde foi de nove políticas à frente dos estados, em 2004.

Os americanos elegeram nesta terça-feira as duas primeiras deputadas federais muçulmanas, ambas democratas. Ilhan Omar representará o estado de Minnesota e Rashida Tlaib, Michigan. Omar, de origem somali, chegou aos Estados Unidos há duas décadas como refugiada e também é a primeira representante federal negra do estado de Minnesota. Ela vai ocupar a cadeira que era do republicano Keith Ellison, o primeiro muçulmano eleito para o Congresso, que decidiu concorrer para a Advocacia Geral de Minnesota este ano. Já Tlaib vai ocupar a cadeira antes ocupada pelo democrata John Conyers, que deixou o cargo no ano passado em meio a denúncias de assédio sexual. Ambas tiveram mais de 70% dos votos em seus distritos (no sistema eleitoral americano, cada uma das 435 cadeiras da Câmara corresponde a um distrito).

Uma das estrelas que emergiram neste ano na política americana, Alexandria Ocasio-Cortez, da ala esquerda do Partido Democrata e de origem porto-riquenha, venceu no 14º distrito de Nova York. Alexandria pertence aos Socialistas Democráticos, agrupamento inspirado na social-democracia europeia que defende saúde e educação públicas e gratuitas e o fim da polícia de fronteiras. Alexandria e outra democrata, Abby Finkenauer, eleita por Iowa, se tornaram as mais jovens deputadas eleitas no país — ambas têm 29 anos.

Os americanos também elegeram Sharice Davids e Debra Haaland. Ambas serão as primeiras congressistas americanas de origem indígena. Davids, membro da Nação Ho-Chunk, também seria o primeiro membro LGBTQ do Congresso eleito pelo estado do Kansas. Haaland é democrata do Novo México e membro da tribo Pueblo of Laguna.

Os eleitores do Texas escolheram, pela primeira vez, duas mulheres hispânicas para a Câmara dos Deputados. Veronica Escobar, por exemplo, tomou a cadeira do distrito de El Paso de Beto

O'Rourke, que não se elegeu ao Senado.

A republicana Marsha Blackburn será a primeira representante mulher do Tennessee no Senado após vencer o ex-governador democrata Phil Bredesen. A conservadora atuava na Câmara dos Representantes desde 2003 e apostou em seu vínculo com o presidente Donald Trump para impulsionar a campanha. O chefe da Casa Branca esteve no estado três vezes durante a corrida eleitoral.

No Arizona, embora não haja definição da disputa, é certo que haverá a primeira senadora mulher. A democrata Kyrsten Sinema enfrenta a republicana Martha McSally pelo cargo que pertencia ao republicano Jeff Flake. Ele decidiu não se lançar à reeleição este ano.

A republicana Kristi Noem será a primeira governadora de South Dakota depois de derrotar o democrata Billie Sutton. Por outro lado, a democrata Christine Hallquist foi derrotada na disputa pelo governo de Vermont. Se vencesse, seria a primeira governadora transgênero do país.

Procuradores divulgam documento em defesa da igualdade de gênero

Cerca de 200 procuradores da República divulgaram um documento em que destacam que a equidade de gêneros constitui expressão da cidadania e dignidade humana. A Carta de Trancoso foi produzida durante o 35º Encontro Nacional das Procuradoras e dos Procuradores da República (ENPR), em Trancoso (BA), entre os dias 31 e 4 de novembro, que discutiu o papel do Ministério Público Federal na promoção da igualdade de gênero no Brasil.

(Universa, 06/11/2018 - acesse no site de origem)

“A atuação do Ministério Público Federal é essencial para a promoção dos princípios e regras de direitos humanos previstos na Constituição e em convenções e tratados dos quais o Brasil é signatário”, diz o documento.

A carta ressalta que o MPF “rechaça toda forma de intolerância, violência, discriminação e discurso de ódio, reafirmando seu compromisso com uma sociedade plural e sem preconceito em que sejam respeitados todos os direitos fundamentais de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros e pessoas intersexuais”. O documento também pontua que é dever do Estado brasileiro defender todas as formas de famílias, “segundo uma visão inclusiva e plural, expressão direta da dignidade da pessoa humana”.

Além disso, a carta prevê uma maior participação das mulheres nos espaços de poder do próprio órgão. A Carta de Trancoso diz que, independentemente da regulamentação do tema, é importante garantir uma participação igualitária das mulheres em palestras, conferências e foros, nacionais ou internacionais, forças tarefa, grupos de trabalho, assessorias jurídicas e

administrativas, chefias, comissões e coordenações, em nome da instituição e da Associação Nacional dos Procuradores da República, “para evitar o viés de grupo”.

Maiana Diniz